



ELEIÇÕES NO PARLAMENTO

Governo confia que terá melhor relação com Câmara e Senado, que estarão sob nova direção a partir de sábado. Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e senador Davi Alcolumbre (União-AP) são os favoritos aos comandos das duas Casas

Planalto aposta em novos tempos com o Congresso

» ISRAEL MEDEIROS

Câmara e Senado vão escolher seus próximos presidentes no sábado. Com novos nomes no comando do Legislativo, a esperança do governo é de que a relação com o Congresso melhore. O ano de 2024 foi marcado por atritos e críticas de líderes partidários à equipe de articulação política do Planalto. O Executivo teve de fazer adaptações para que as conversas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), continuassem a resultar em matérias aprovadas na Casa. Um desses casos foi quando o deputado bateu o pé e disse que não conversaria mais com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais). Quem assumiu as negociações foi Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil.

Em meio às críticas a Padilha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em defesa do ministro e o manteve na SRI. No fim do ano, depois da aprovação do pacote de corte de gastos — que teve mérito dos líderes do governo no Congresso, na Câmara e no Senado e dos presidentes das duas Casas —, Padilha saiu fortalecido.

É dele, por exemplo, a responsabilidade de negociar com os ministros a viabilidade de um pedido feito por Lula ao primeiro escalão na semana passada. O presidente quer que os titulares de pastas que têm mandato de deputado ou senador se licenciem temporariamente para retornar ao Congresso e votar em Hugo Motta (Republicanos-PB) e em Davi Alcolumbre (União-Brasil-AP), os favoritos para vencer a disputa na **Câmara e no Senado**, respectivamente.

Ao **Correio**, Padilha se disse otimista com a nova fase do Congresso. afirmou avaliar positivamente a relação com o Legislativo nos dois primeiros anos

Outros candidatos

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) anunciou oficialmente sua candidatura à Presidência da Câmara. O parlamentar busca representar uma alternativa de oposição ao governo Lula. O deputado Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) também disputou o cargo. No Senado, o Novo lançou como candidato Eduardo Girão (CE).

de governo. Ele argumentou que houve uma alta taxa de aprovação de projetos no período.

“Tenho certeza de que a parceria de sucesso do governo federal com o Congresso Nacional, nos dois últimos anos, que aprovaram medidas de prosperidade da agenda econômica e social, vai permanecer em 2025/2026. Essa parceria nos levou à maior taxa de aprovação de projetos desde a redemocratização”, pontuou o ministro.

Padilha aproveitou para criticar a gestão federal anterior, que, segundo ele, tinha uma relação nociva com o Parlamento. “Saímos do governo Bolsonaro, que mantinha um relacionamento tóxico com o Congresso Nacional e o Judiciário e construímos um verdadeiro programa de reabilitação das relações institucionais. Essa relação sabe da necessidade e da importância do diálogo na construção de pautas compartilhadas para o bem do Brasil”, frisou. “Tenho certeza de que ela vai continuar benéfica na nova composição das mesas, tanto da Câmara quanto do Senado”, acrescentou.

Oposição

Se Padilha e o governo têm motivos para comemorar, a oposição articula para que a eleição

Geraldo Magela/Agência Senado



Padilha criticou a gestão federal anterior, que, segundo ele, tinha um “relacionamento tóxico” com o Congresso

também a beneficie. Bolsonaro, por exemplo, foi questionado — durante uma entrevista à publicação de extrema-direita *Revista Oeste* — sobre o motivo de o PL apoiar Alcolumbre para a Presidência do Senado, apesar de o candidato ter recebido o aval da gestão petista. O ex-presidente disse que Alcolumbre já está eleito e que o interesse do PL é negociar a 1ª vice-presidência.

“O que nós estamos negociando com esse apoio é a primeira vice-presidência. A primeira vice você já participa da Mesa. Você pode, numa ausência do Alcolumbre, botar em votação o projeto da anistia. A gente não quer esperar a anistia para um futuro presidente de direita, caso seja eleito em 2026 e vai tomar posse

em 2027. Tem um pessoal que está preso aqui que é uma tortura”, afirmou.

O PL tem um candidato “não oficial”, por assim dizer, para a Presidência do Senado. Trata-se do senador Marcos Pontes (PL-SP), que foi ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações no governo Bolsonaro. Contrariando o que o governo pretende aumentar a orientação do partido, o parlamentar lançou sua candidatura de forma independente, o que irritou o ex-presidente e a cúpula da legenda.

“Marcos Pontes, que está disputando a presidência, boa sorte a você. Mas eu lamento você estar nessa situação, porque você sabe que não tem como ganhar. O voto é secreto, e se nós embarcarmos na sua candidatura, que

eu acho muito melhor que outras aí, nós vamos ficar sem comissões”, disse o ex-presidente em entrevista a um canal bolsonarista na última semana.

Em outra entrevista, sem mencionar o nome do senador, o ex-presidente disse haver “oportunistas” no PL e enfatizou esperar que o partido faça “uma limpeza” em seus quadros para as eleições de 2026.

Ao longo dos próximos dias, diversos deputados e senadores vão retornar a Brasília pela primeira vez desde o início do recesso, em 23 de dezembro. O foco dos líderes partidários estará na definição de postos-chave nas duas Casas, assim como no caso do PL com a 1ª vice-presidência do Senado.



Tenho certeza de que a parceria de sucesso do governo federal com o Congresso Nacional, nos dois últimos anos, que aprovaram medidas de prosperidade da agenda econômica e social, vai permanecer em 2025/2026. Essa parceria nos levou à maior taxa de aprovação de projetos desde a redemocratização”

Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais

Mesas Diretoras

Tanto as eleições quanto a definição dos cargos das Mesas Diretoras ocorrerão no sábado. Na Câmara, os deputados terão até as 9h desse dia para oficializar a formação de blocos parlamentares. Às 11h, os líderes vão se reunir para a escolha dos cargos da Mesa Diretora. O prazo para apresentar candidaturas se encerra às 13h30. A eleição está marcada para as 16h.

No Senado, haverá reuniões preparatórias às 10h para eleger o presidente, e às 11h para a escolha dos demais integrantes da Mesa Diretora. Nesse mesmo dia, os senadores também vão definir quem vai comandar as 16 comissões temáticas da Casa, assim como seus integrantes.

NAS ENTRELINHAS



Por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

Conjuntura é desfavorável para o governo Lula

Esta escrita nas estrelas a queda de popularidade do governo, o que torna a conjuntura política desfavorável à reforma ministerial, cujo foco seria a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e agora terá de se restringir à preservação de sua governabilidade. A aprovação do trabalho do chefe do Executivo, na Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, mostra que sua popularidade recuou de 52% para 47% em relação a dezembro. A desaprovação de Lula foi superior: subiu de 47% para 49%.

A avaliação negativa do governo, que saltou de 31% para 37%, enquanto a positiva recuou de 33% para 31%, também de dezembro a janeiro, puxam a popularidade de Lula para baixo. O quadro é mais grave porque o presidente perdeu força junto aos seus eleitores mais fiéis, os nordestinos, as mulheres e os brasileiros de baixa renda. No Nordeste, a avaliação positiva despencou de 67% para 49%; a negativa subiu de 32% para 37%.

Em relação às mulheres, a aprovação de Lula caiu de 54% para 44%, e a desaprovação subiu de 44% para 47%. Entre os eleitores de baixa renda, a aprovação de Lula caiu 7 pontos (de 63% para 56%)

e a aprovação subiu de 34% para 39%. São dados preocupantes, que deixam o governo na defensiva. Para 50% dos entrevistados, o Brasil está indo na direção errada, 4 pontos acima dos 46% na pesquisa anterior. Para 39% dos eleitores, o país está na direção certa, porém abaixo dos 43% de dezembro.

A pesquisa mostra que Lula não consegue cumprir suas promessas, patamar que chegou a 65%. A comunicação tem culpa no cartório, porque as notícias negativas (43%) suplantam em muito as positivas (28%). Mas de nada adianta matar o mensageiro, o fato que mais impactou a popularidade do governo foi a polêmica sobre o Pix, uma grande trapaçada da Receita Federal e, depois, do Palácio do Planalto. Essa avaliação é corroborada por 66% dos brasileiros, para os quais o governo errou mais do que acertou.

A economia é o calcanhar de Aquiles de Lula: apenas 25% avaliam que a situação melhorou. Essa percepção, para 83% dos brasileiros, é atribuída ao preço dos alimentos. A manobra do governo aventada para mitigar a inflação de alimentos, alterar a validade dos

produtos (o que põe em risco a saúde da população), foi rejeitada por 63%. Seria mais uma medida populista com efeito bumerangue. A pesquisa Genial/Quaest foi realizada entre 23 e 26 de janeiro, com 4.500 entrevistas presenciais e margem de erro de 1,00 ponto percentual, para mais ou para menos.

2026 à vista

Parece que o presidente Lula ainda não se convenceu de que é preciso atacar a causa estrutural da inflação e não apenas os seus efeitos, esse é o fator eleitoral decisivo, muito mais importante do que os demais. Voltando no tempo, a subestimação do impacto do ajuste fiscal na queda da inflação nas eleições de 1994, quando era franco favorito à Presidência, fez Lula perder aquelas eleições para Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Apesar do duro corte de gastos, o Plano Real mudou da água para o vinho a vida dos brasileiros pobres, que perdiam poder aquisitivo diariamente. O frango a R\$ 1 simbolizava aquele momento em que alimentação estava muito

barata. Influenciado por economistas do PT, Lula não apoiou o Plano Real.

A comunicação do governo, a cargo do novo ministro Sidônio Palmeira, não vai dar conta do recado sem uma reversão da inflação, que está sendo prevista para 5,5% neste ano, mais que o dobro da taxa projetada de crescimento e três vezes o aumento previsto do salário mínimo. A resistência de Lula a reduzir os gastos do governo é o principal fator de desconfiança no mercado, com o agravante de que chegou à base da população, por sinais efetivos ou imaginários de que o governo pretende aumentar a arrecadação à custa dos assalariados e empreendedores, em vez de cortar despesas desnecessárias e/ou supérfluas para equilibrar as contas públicas.

Isso significa que o governo Lula entrará em colapso? Não, continua sendo a forma mais concentrada de poder e tem meios efetivos para manipular a economia no curto prazo, com medidas populistas. Mas a conta sempre chega salgada, não existe almoço grátis, como dizem os economistas liberais. Por isso, a conjuntura é complicada para Lula. A oposição está com sangue nos olhos e o momento

não é dos melhores para negociar com aliados uma reforma ministerial.

Na última reunião com seus ministros, Lula avaliou que as eleições de 2026 já começaram e que precisará saber com quem poderá contar. Foi um erro pôr as coisas nesses termos agora, porque ninguém sabe o que pode acontecer até o próximo ano, sobretudo depois de Donald Trump assumir a Presidência dos Estados Unidos. No plano das incertezas também estão as relações de Lula com os novos presidentes da Câmara, provavelmente Hugo Motta (PR-PB), o candidato de Arthur Lira (PP-AL); e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que também presidirá o Congresso.

A propósito, Lira e Pacheco são players de uma eventual reforma ministerial, mas as bancadas do Centrão estão com o cacife mais alto do que Lula esperava antes da divulgação da pesquisa. Especula-se que o projeto de reforma ministerial de Lula seria trazer os caciques das legendas dos partidos para dentro do governo, entre os quais o presidente do PSD, Gilberto Kassab, o mais camaleônico articulador do cenário eleitoral de 2026. No momento, Lula não tem força para isso.